

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VESTÍGIOS DO REPUBLICANISMO NOS LIVROS E OBJETOS PARA ESCRITA NAS AULAS PÚBLICAS DE CAXIAS DO SUL/RS (1890 – 1930)

Samanta Vanz
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
svanz1@ucs.br

O presente artigo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado intitulada *O ensino primário em Caxias do Sul (1890 – 1930): vestígios da cultura material escolar*, inserido na linha pesquisa em História e Filosofia da Educação do Programa de Mestrado da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Ao investigar os vestígios da cultura material para constituição de uma narrativa histórica sobre a educação primária do município gaúcho de Caxias do Sul, assume-se que a materialidade presente no interior do espaço escolar configurava determinados códigos, ritos, práticas e modos de ensinar, mediando não apenas a relação entre sujeito-objeto, mas também a relação entre sujeito-sujeito. Estes vestígios possibilitam o estudo sobre os elementos de uma cultura escolar, com seus sujeitos, seus tempos, suas práticas e seus espaços, sempre considerando como pressuposto destas relações o processo de escolarização.

A opção pela abordagem da História Cultural considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que se construíram estas narrativas. Nessa perspectiva, as grandes explicações e abordagens totalizantes são substituídas por problematizações micro, que possibilitam o estudo de particularidades. Sendo assim, a história cultural “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17).

No campo da História Cultural, há formas de compor o cenário histórico da materialidade escolar, identificando a maneira como se dava o uso dos objetos, a conexão entre esses objetos com outros objetos do meio escolar e a sua relação com os sujeitos (ESCOLANO, 2007). Escolano (2007) ainda acrescenta que é possível expandir o processo de investigação para entender como os objetos estavam imbricados ao espaço e como isso refletia na estruturação de práticas e modos de ensinar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A cultura é aqui entendida como campo particular de práticas e produções que constituem um conjunto de significações que se materializam pelos diferentes enunciados e condutas. Dessa forma, investigam-se como as práticas manifestam as apropriações culturais que foram tecidas no cotidiano escolar. Este modo singular de trabalhar o ensino a partir de um recorte do município designa um conjunto de significações historicamente inscritas e que se expressam de forma simbólica num “saber-fazer” capaz de perpetuar e desenvolver a cultura, a instrução e o conhecimento (CHARTIER, 2002).

A análise, como um processo interpretativo constituído historicamente, utiliza por sua vez documentos que já representam uma interpretação dos fatos elaborados por seu autor, e, portanto, não devem ser encarados como uma descrição objetiva e neutra dos fatos (PIMENTEL, 2001). Pela análise documental, buscou-se identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída a partir do entrecruzamento de aspectos que emergiram na construção dos diferentes documentos como atos, atas, decretos, correspondências e solicitações de professores.

Também foi realizada uma investigação dos objetos escolares preservados na reserva técnica do Museu Municipal de Caxias de Sul e consulta ao acervo da Hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. No acervo do Museu Municipal de Caxias do Sul, foi realizado o registro fotográfico dos materiais referentes ao recorte temporal proposto pela pesquisa e a coleta das informações já armazenadas em fichas catalográficas.

Para estabelecer o tensionamento entre a materialidade e os processos de escolarização, primeiramente se faz necessário delimitar o sentido deste termo, que nesta pesquisa valer-se-á da concepção apresentada por Faria Filho (2004, p. 522), que afirma que é um “processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão do conhecimento, como eixo articulador de seus sentidos e significados”.

Desta forma, pensar a escolarização primária em Caxias do Sul exige um diálogo entre as concepções teóricas, as investigações já realizadas acerca do tema em caráter nacional e regional, e a consulta às fontes selecionadas para esta pesquisa: é importante que se localize a aproximação entre o contexto regional, uma colônia de imigração italiana que pautou inicialmente a sua educação em uma tríade baseada na família, no

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

catecismo e na escola, o contexto nacional, com o processo de constituição da República, e o contexto educacional, com as heranças do Ato Adicional de 1834 e seu efeito de pulverização das responsabilidades com a educação primária, que passava a ser dever de cada Província (SUCUPIRA, 2005).

Durante a década de 1890 e 1930, a educação em Caxias do Sul foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado, escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, colégio elementar, colégio complementar, também algumas escolas italianas apoiadas pelo governo italiano e escolas nas paróquias italianas.

O cenário do interior das aulas públicas de Caxias do Sul, foco desta pesquisa, contrastava com o discurso dos monumentais grupos escolares que se estabeleciam no país no período da Primeira República. As aulas isoladas, resquícios do ensino imperial, continuaram sendo a realidade do ensino primário no município; com uma única sala, ministradas por um único professor, falar dos objetos materiais dessas escolas também é pensar em uma narrativa própria das representações e apropriações acerca da escolaridade. Para Souza (1998), estes materiais revelam hábitos, padrões e costumes sociais que se pretendia disseminar nos sujeitos.

Para auxiliar nesta investigação, torna-se fundamental a aproximação entre a cultura escolar com as práticas e as representações que a constituem, com o conceito de apropriação. Tratando-se a maneira como os sujeitos incorporam os elementos constituintes da cultura, tendo em vista que a apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidos a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180).

A escola, como configuração formal, institui determinada cultura: seus elementos materiais, objetos, espaço, mobiliário são vestígios de um sistema específico de valores, como a ordem, a disciplina; representantes de um discurso constituído de símbolos estéticos, culturais e de certas ideologias. É nesta relação entre material e imaterial que se permite a investigação dos objetos utilizados para a aprendizagem e ensino da leitura e da escrita.

OBJETOS PARA LER, OBJETOS PARA ESCREVER

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Compreender o lugar dos livros e das cartilhas no contexto da educação primária é também tecer relações entre o método intuitivo de ensino e os novos modos de ler na escola. O estudo dos impressos, portanto, passa a ser entendido como resultado das escolhas pedagógicas adotadas pela instrução pública; como afirma Carvalho (2007, p. 18), “produto de estratégias textuais e editoriais determinadas, o impresso deixa ler as marcas dos usos prescritos e dos destinatários visados por seus produtores – autores e editores”. Faz-se necessário, porém, também apontar o que diz Chartier (1990, p. 123) sobre o papel do leitor nessa relação de intencionalidade:

Por um lado, a leitura é prática, criadora, atividade produtora de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores ou dos fazedores de livros. [...] Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada.

É utilizando como premissa o conceito de apropriação de Chartier (1991), anteriormente apontado, em que se torna possível estabelecer, a partir dos livros didáticos utilizados, uma possibilidade de narrativa histórica, visto que esses materiais foram responsáveis por influenciar a maneira como se organizava o ensino em sala de aula.

Os livros didáticos são um meio de identificar o *corpus* de saberes daqueles que frequentavam o contexto escolar, sejam os professores que precisavam muitas vezes se apropriar do conteúdo apresentado nesses materiais para poder ensiná-los aos alunos, sejam os alunos, que tinham a aprendizagem mediada pelo contato com tais itens, e que no contexto desta pesquisa são tratados como vestígios do tempo e espaço aqui investigados.

Os livros didáticos estiveram apoiados sobre a autoridade do governo do Estado, que era responsável pela sua autorização de uso nas escolas públicas, sendo que as orientações pedagógicas foram incorporadas aos livros didáticos por meio da seleção dos textos, pelas lições indicadas e pelas atividades propostas. Para Razzini (2011), os livros de leitura serviram para consolidar a ideologia republicana, substituindo os textos religiosos por leituras que contribuíssem para a ideia de pátria, modernidade, progresso e civilidade.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na construção do *corpus* de análise, foram considerados os materiais pedagógicos com a finalidade da aprendizagem da leitura, suprimindo os livros de história e geografia, por exemplo. No Quadro 1, segue a lista de materiais didáticos e cartilhas¹ identificados nos documentos, com a indicação do ano de solicitação:

Quadro 1– Livros e cartilhas

Cartilha, por Alfredo C. Pinto	1926
Cartilha, por Hilário Ribeiro	1903
Cartilha, por Samorim de Andrade	1899; 1903
Cartilha Materna Método João de Deus	1925; 1926; 1927
Cartilha Mestra	1899; 1904; 1905
Cartilha Nacional	1891; 1892; 1905
Cartilha Nacional, por H. Ribeiro	1890
Exemplar	1892;
Leituras escolhidas III Livro, por Pinto	1926; 1927
Língua Materna I curso, por Pinto	1925; 1927
Livros para arte de aprender e ler a letra manuscrita; editor Carlos Spirit	1892
Primeiro livro de leitura	1892;
Quarto livro de leitura	1892; 1899; 1925
Quinto livro de leitura	1899
Segundo Livro	1891; 1892; 1899; 1904; 1905
Segundo livro, por H. Ribeiro	1890; 1892
Segundo livro, por João de Deus	1925; 1926; 1927
Segundo livro, por Samorim de Andrade	1903
Seleta	1891
Seleta, por Alfredo C. Pinto	1903; 1926
Seleta em prosa e verso	1904; 1925
Terceiro livro	1891; 1892; 1899; 1905; 1925
Terceiros livros, por Samorim de Andrade	1903; 1904
Terceiro Livro Leitura Escolhida, por Alfredo Cl. Pinto	1925
Terceiro livro de leitura, por H. Ribeiro	1890; 1892; 1899

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos do AHMJSA.

Problematizando o contexto municipal, para Formolo, Herédia e Ramos (1998), o livro era tido como base das disciplinas ministradas nas aulas públicas, ou, como afirma Luchese (2015, p. 461), “era tido como central no processo de ensinar e aprender”. O uso dos livros e das cartilhas, no município de Caxias do Sul, tinha o sentido da ação

¹ Algumas editoras responsáveis pela produção dos livros e cartilhas foram identificadas a partir de informações como número de edição dos materiais, sendo elas: Imprensa Nacional, de Lisboa (Cartilha João de Deus); Livraria Universal de Echenique Irmãos e Cia., Pelotas (Exemplar); Livraria Americana, Pelotas (Quarto Livro de Leitura, de H. Ribeiro); J.R. da Fonseca e Cia., Porto Alegre (Segundo Livro de Leitura, de João de Deus e Seleta, de Alfredo C. Pinto).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pedagógica de qualificar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa. Fala-se em qualificar o ensino pois os professores, muitas vezes sem um maior preparo pedagógico, utilizavam esses materiais como forma de organizar a metodologia e os conteúdos das aulas. Para Peres (2000, p. 218), muitas vezes “eram os livros a fonte principal – quando não a única – de consulta para a organização das atividades diárias de sala de aula”.

Como bases para o ensino da leitura, encontram-se os chamados Primeiro Livro, Segundo Livro, Terceiro Livro. Como afirmam Formolo, Herédia e Ramos (1998, p. 126): “no ‘primeiro e segundo livro’, os alunos pouco escreviam. [...] A passagem do primeiro para o segundo livro era feita a qualquer época do ano. O critério para isso era ter vencido todas as lições do livro”. Para Peres (2000), o uso da Cartilha Maternal e do Primeiro Livro de Leitura faz parte de uma fase inicial da aprendizagem da leitura. A Cartilha João de Deus, ou Cartilha Maternal, já era considerada como material orientativo pelo Estado ainda no começo da República, sendo considerada adequada aos preceitos do método de ensino intuitivo e do modo simultâneo para leitura. Para Trindade (2001), a maneira como a cartilha de João de Deus era organizada possibilitava a leitura simultânea encaminhada coletivamente, em pequenos grupos por meio do quadro e, também, a leitura individual.

A Cartilha Maternal apresentava as lições enumeradas, em um total de 25, sendo voltada especificamente para o ensino da leitura, sendo adotada em Caxias do Sul como cartilha básica nos anos de 1924 e 1925, como uma tentativa do governo municipal de uniformizar o método de alfabetização, também conhecido como método da palavração (FORMOLO; HERÉDIA; RAMOS, 1998). Essa constatação pode ser reforçada por meio dos documentos, sendo que as Cartilhas João de Deus passam a aparecer nas solicitações dos professores a partir de 1925. A partir dos documentos, percebe-se que a Cartilha Maternal substituía o uso do Primeiro Livro de Leitura, possibilitando entender que a Cartilha Maternal apresentava um material considerado mais adequado e de fácil acesso e entendimento para ser utilizado nas primeiras lições de leitura.

A Cartilha Nacional, de Hilário Ribeiro, aparece em destaque pela recorrência de suas solicitações, sendo a primeira identificada em 1890 e a última em 1903. Para Razzini (2011), essa cartilha faz parte do grupo dos materiais que tiveram sucessivas reedições,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representando o desenvolvimento dos materiais destinados ao nível inicial de escolarização. A Cartilha Nacional teve sua adoção pela Instrução Pública do Estado ainda no período provençal, tendo como objetivo o ensino da leitura e da escrita, e manteve-se nos primeiros anos da Primeira República, sendo que apresentava “o método sintético o qual preconizava o ensino das partes para o todo, agregando-se o valor fônico de cada letra” (VIEIRA, 2017, p. 2312).

Percebe-se, com a análise das solicitações e das relações de fornecimento, que a Cartilha Nacional e a Cartilha Maternal não foram utilizadas de forma concomitante no município, o que pode ser atribuído principalmente às diferenças no método de ensino. Porém o mesmo não acontece com a Cartilha Nacional e a Cartilha Mestra, que foram solicitadas por alguns professores para uso comum, mesmo apresentando diferenças em seus métodos de ensino de leitura. Conforme a correspondência de 1903, da professora Amelia Ungaretti, é possível pensar nessa questão:

A Escola mixta da 6 legua do municipio de Caxias, recebeu os seguintes fornecimentos remetidos pela Intendencia Municipal d'esta Villa
[...]
10 Cartilhas, por Samorim de Andrade
23 Cartilhas, por Hilário Ribeiro.

A Cartilha Mestra, de autoria de Samorim de Andrade, também solicitada pelos professores, tinha como proposta seguir as orientações do método João de Deus para o ensino da leitura, utilizando como suporte pedagógico as ilustrações (TRINDADE, 2001, p. 326). Pode-se levantar como hipótese que seu uso concomitante com a Cartilha Nacional pode ser justamente pelo uso de imagens como suporte ao aprendizado.

Dentre os autores dos livros didáticos prescritos, Hilário Ribeiro ainda aparece com sua série de cinco Livros de Leitura, sendo que seu discurso obedecia à instrução da época, pois retratava a representação da pátria, da família e dos bons costumes a partir do ideário positivista. Para Valdez (2004, p. 11), nesse livro era adotado o “método analítico que ‘vai da parte para o todo’, assim como outros conceitos que, apesar de cada autor abordar de forma diferenciada, são comuns no interior dos textos e ilustrações dessas séries”.

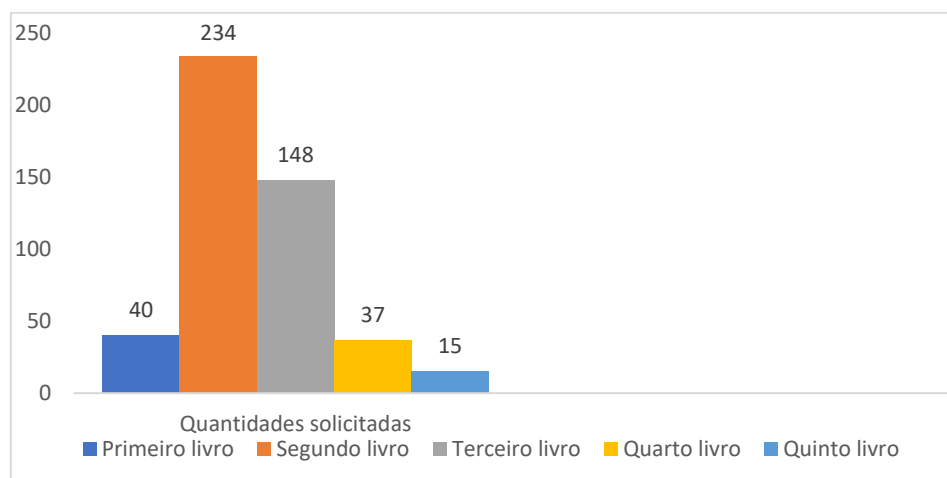
ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na empiria desta pesquisa, dá-se destaque ao Segundo e Terceiro livro de leitura, sendo que os demais livros aparecem com menor recorrência e em menor quantidade nas solicitações dos professores. Faz-se necessário apontar aqui, claro, que os livros solicitados não eram apenas de Hilário Ribeiro, tendo também solicitações aos livros de leitura de Samorim de Andrade, João de Deus e Alfredo Clemente Pinto, além daqueles em que não há referência de autor. Fica possível observar essa constância nas solicitações por meio da correspondência do professor Carlos Mantuani, de 1892, que lista os livros seriados para a aula mista nacional da Nova Pádua, à qual era responsável:

- 4 Segundos livros de leitura
- 1 Segundo livro de leitura velho
- 1 Terceiro livro de leitura 9ª edição
- 1 Quarto livro de leitura 5ª edição.

Observar a discrepância nas quantidades de livros de leitura seriados solicitados no total da empiria analisada possibilitou organizar o Gráfico 1, apresentando numericamente o registro das solicitações preservadas no Arquivo Municipal João Spadari Adami, de Caxias do Sul:

Gráfico 1 – Livros de leitura: quantidades



Fonte: Elaborado pela autora a partir da empiria (2019).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A partir do Gráfico 1, fica evidente a concentração do uso do Segundo Livro e do Terceiro Livro, sendo que as quantidades de Quarto Livro e Quinto Livro eram consideravelmente menores, possibilitando inferir que poucos alunos avançavam para as lições dos livros mais adiantados. Cabe aqui ressaltar também uma observação importante: a quantidade de livros destinados às primeiras fases de leitura era solicitada e fornecida em maior número do que os demais, como as Seletas, por exemplo. A “Selecta” refere-se ao livro *Seleta em Prosa e Verso*, de Alfredo Clemente Pinto, apresentando diferentes gêneros textuais² e sendo, por esse motivo, destinada aos alunos que estivessem em nível mais avançado de leitura. Essa constatação, junto ao número de Quarto e Quinto livro de leitura, permite-nos pensar que a quantidade de alunos que frequentavam as aulas em níveis mais avançados de estudos era menor do que a dos alunos em nível de alfabetização.

O livro *Seleta em Prosa e Verso*, de Alfredo Clemente Pinto, foi considerado um dos livros mais utilizados na escola do Rio Grande do Sul, e como afirma Luchese (2015, p. 432): “chegar ao nível de estudar com a Seleta constituía-se numa distinção. Significava ter passado pelos diferentes níveis de ensino com sucesso”.

Outra questão importante que pode ser proposta a partir da empiria é relativa à variedade de obras solicitadas. A variedade de livros que aparecem no decorrer do recorte temporal também nos permite pensar, além da falta de padronização desse material didático, na expansão da indústria gráfica brasileira; como afirma Razzini (2011, p. 105), “a década de 1890 foi marcada por grande desenvolvimento da indústria gráfica no Brasil, sendo que muitas tipografias e litografias dedicavam-se à impressão de periódicos e ao impresso comercial”.

Os livros passam a assumir uma nova organização em sua estrutura gráfica: “Junto com a observação e a experiência, o método intuitivo privilegiava a aprendizagem através da ilustração e do desenho. Desta maneira, a imagem tornou-se tão importante quanto o texto na sala de aula” (RAZZINI, 2011, p. 104). Assim, passou a ser comum os livros apresentarem ilustrações em suas seções e em suas capas. Esta pesquisa não se deterá na

² “A obra apresenta os gêneros da prosa e da poesia, em forma de contos; narrações e lendas; parábolas, apólogos, fábulas e anedotas; história, bibliografia, retratos e caracteres; religião e moral; cartas; liras; canções, hinos, sonetos; descrições e retratos; sátiras e epigramas” (SOUZA, 2015, p. 142).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

investigação da expansão da indústria gráfica e das técnicas de replicabilidade de imagens, mas cabe aqui destacar que a expansão do ensino no período republicano provocou uma necessidade de aprimorar processos nas indústrias para atender a uma demanda crescente.

Essas tessituras que se compõem a partir do cruzamento da empiria e de demais pesquisas já realizadas na área permitem-nos também falar sobre uma leitura que procura moldar a criança a partir de uma visão regeneradora, civilizadora. O livro denominado *Exemplar*, na solicitação de 1892, pôde ser identificado como o livro *Coração. Diário de um menino*³, de Edmundo de Amicis, um livro voltado à leitura para meninos e que utilizava a narrativa confessional como uma forma de educar o jovem leitor pela perspectiva da moral, das virtudes cívicas e da religiosidade (BASTOS, 2004). Oito exemplares desse livro constam na relação da “Aula Publica do sexo masculino na 8ª legoa”, sendo esse o único livro de leitura presente na relação.

A escrita, em consonância com a leitura e a contagem, constitui o objetivo fundamental do ensino republicano no município; instruir as habilidades da escrita estava diretamente relacionado aos preceitos de civismo: a escrita e a caligrafia representavam ordem e disciplina aos corpos. Para Souza (2015, p. 201), a escrita “impõe aos sujeitos ordem, disciplina e estética, aspectos que perpassam a constituição corporal dos sujeitos que a praticam”.

Nas fontes documentais, foi possível encontrar referências aos livros didáticos e cartilhas que tinham como objetivo a gramática e a caligrafia, e objetos que mediavam diretamente a escrita, como as lousas de ardósia e as penas. O movimento realizado para articular esses dois tipos de materiais fundamentou-se primeiramente em estabelecer a relação do que era apresentado nos livros e cartilhas para então conjecturar as formas de usos dos objetos.

Na região onde a predominância era de colonos italianos, o ensino da língua portuguesa era uma premissa importante da educação primária, tornando-se uma

³ “A Livraria e Editores Francisco Alves edita *Coração. Diário de um menino*, de Edmundo De Amicis (1846-1908), em 1891, poucos anos após sua publicação na Itália. A edição brasileira adota a grafia portuguesa do nome italiano Edmondo De Amicis. 5 Edmondo de Amicis (1846-1908). [...], a obra é apresentada como um notável livro de educação moral e cívica” (BASTOS, 2004, p. 2).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

obrigatoriedade reforçada pelo discurso dos intendentess. Essa obrigatoriedade, além de instituir a língua vernácula em sala de aula, também colaborou para que os exercícios de escrita fossem estímulos de um reforço do uso da língua portuguesa pelos alunos e professores. A escrita aparece, portanto, por meio das lições de ortografia, ditados e caligrafia.

Como afirma Peres (2000, p. 401), a “prática de perguntas-respostas, das cópias, da leitura oral, de ‘tomar’ a lição, de conjugar os verbos, de regras gramaticais e ortográficas, da caligrafia, fazia parte da rotina da aula”. Essas rotinas escolares contribuía para o fortalecimento de práticas estabelecidas em relação às condutas e à disciplina, inculcando, nos alunos (e pode-se dizer que também nos professores), respeito pela língua pátria.

Saber escrever, portanto, era uma maneira de preparar o aluno à condição de cidadão brasileiro, de formação de condutas e de valores cívicos. Para corroborar com esse caminho de pensamento, Arriada e Tambara (2012) trazem a possibilidade de ver no processo de aquisição da habilidade de escrita um componente que exigia do aluno disciplina, sendo a escrita um processo individualizado que fomentava a ordem do corpo ao ponto de tornar-se desconfortável.

A relação existente entre as habilidades da escrita e os objetos que mediavam essa atividade permite que se fale das práticas que se estabeleciam no contexto das aulas públicas. Junto às lições de gramática, os objetos também nos permitem falar da caligrafia: muitos também eram os materiais destinados ao exercício do desenho e traçado das letras, sendo que nos regulamentos do Rio Grande do Sul, ainda em 1842, já havia prescrições a respeito das lições de escrita destinadas a cada série, iniciando com o exercício de formas, evoluindo para o desenho das letras até a perfeita ordenação das letras em ordem alfabética (ARRIADA; TAMABARA, 2012). O uso dos “manuscritos” e dos “cadernos de escrita” significa que não bastava saber escrever, era necessário que a letra fosse legível, com inclinação, espaçamento, formas adequadas. Para Peres (2000, p. 331), “escrita é sinônimo de caligrafia. De boa caligrafia”.

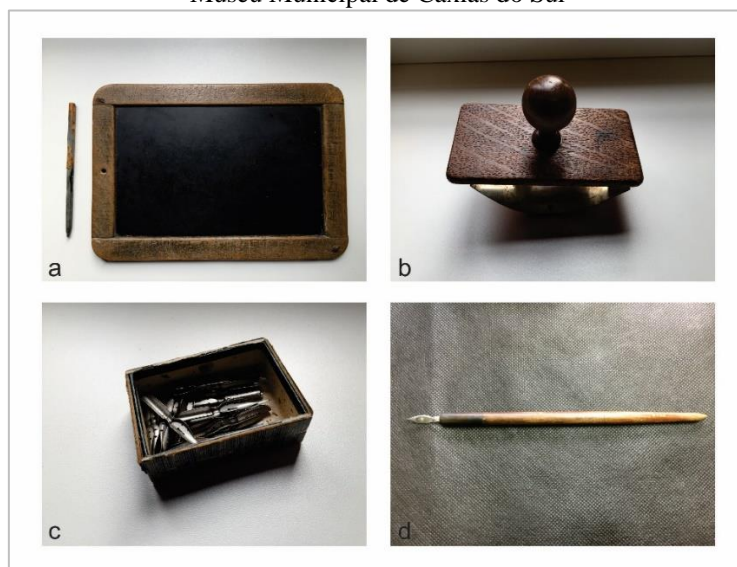
Para Vidal (1998, p. 2), “a importância de desenvolver a boa escrita era realçada pelo imperativo de formar o senso estético da criança, precioso à sua educação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sentimental. O ensino da técnica, ainda, deveria proporcionar ao/à aluno/a hábitos de ordem e asseio e disciplina mental”. Escrever, portanto, não estava apenas ligado ao ensino da linguagem, mas também era uma maneira de inculcar nas crianças os valores de civismo, de ordem e de disciplina, preceitos do ideário positivista.

Neste artigo, será pensada a finalidade prática dos exercícios caligráficos a partir dos suportes e dos instrumentos para a escrita. Os objetos destinados ao exercício da escrita identificados nas fontes documentais são: a pedra, a ardósia, o areeiro, o caderno de papel almasso e o caderno de papel pautado, caneta para lousa, caneta de metal para lousa, caneta de madeira, esponja, giz, lápis Faber n. 2, lápis Kurs n. 1205/2, lápis de pedra, lapiseira, lousa, mata-borrão, pena de pedra, pena de aço Mallat 12, pena metálica, quadro negro, tinta, tábuas de lousa, tinteiro. A Figura 1 apresenta um painel com alguns objetos identificados no Museu Municipal de Caxias do Sul referentes aos materiais ligados a escrita:

Figura 1 – Painel com alguns dos objetos para escrita identificados no Museu Municipal de Caxias do Sul



Fonte: elaborado pela autora a partir dos objetos do Museu Municipal de Caxias do Sul.
Objetos: a. ardósia e grafita; b. mata-borrão; c. penas de metal; d. caneta de madeira.

As solicitações e relações de materiais existentes nas aulas públicas apresentam os mais variados itens para a instituição da escrita; suportes e instrumentos que possibilitavam a atividade de escrever tornavam-se itens constantes na rotina escolar,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

instituindo práticas e modos de saberes que se aprimoravam a partir da evolução desses materiais.

A relação de uso entre os objetos materiais era mediadora de práticas escolares, da racionalidade e da instituição de comportamentos de alunos e professores. O quadro negro, por exemplo, instituía condutas por parte de professores e alunos. Para Souza (2015 p. 175), “a presença do quadro-negro, na sala de aula, dimensiona a forma como o espaço é ocupado por professores e alunos”. Os professores, usando a grande placa de ardósia disposta na parte frontal da sala, muitas vezes apoiada por um cavalete, tomavam as lições de alunos, que, com o giz em mãos, escreviam aquilo que lhes era solicitado.

Concomitante ao uso da lousa e do quadro negro, também havia os cadernos de “papel almasso” e “papel pautado”, conforme identificados nas solicitações e relações de materiais existentes nas aulas públicas. Junto aos cadernos, o uso de canetas e das penas para tinta representava uma escrita durável: nas folhas, não mais se apagavam as lições que eram feitas. Os cadernos também representavam o avanço dos alunos na aquisição das habilidades: usados pelos alunos mais adiantados, condicionando condutas e inculcando sentimentos de responsabilidade e competência. Fala-se, portanto, da escrita como um projeto formativo para alunos e professores; escrever bem era um atestado de alfabetização, dessa forma, atendendo aos preceitos de uma educação voltada para a civilização dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do conjunto da empiria analisada, surgiram as possibilidades de narrativa desta pesquisa, elucidando alguns aspectos da cultura material das escolas primárias de Caxias do Sul. As pesquisas, as leituras e o contato com as fontes documentais tornaram possível perceber que as práticas relacionadas aos objetos escolares estavam imbricadas em uma rede de escolarização estabelecida não apenas em caráter local, mas que trazem representações da escola primária em caráter estadual e até mesmo nacional. Nesse sentido, a narrativa permitiu perceber que, no início do período republicano, as iniciativas de escolarização primária pública concretizavam-se nas poucas escolas isoladas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

encontradas sobretudo no espaço rural. Paulatinamente, percebeu-se um aumento na quantidade de escolas isoladas sob a responsabilidade do município, sobretudo a partir de 1912, com a abertura do Colégio Elementar José Bonifácio.

Como observações, pode-se destacar que o livro didático torna-se um objeto com valores simbólicos ao ser considerado capaz de distinguir socialmente os sujeitos. Como afirma Luchese (2015, p. 434), “o livro, representado como a materialização do acesso ao saber, à cultura, ao conhecimento, era tido como central no processo de ensinar e aprender”. Nesse sentido, faz-se também presente a construção de um repertório que inclui os valores sociais do período em questão.

Existia nos livros didáticos, portanto, um caráter de apoio pedagógico: os professores da região, sem muito preparo, utilizavam os livros como um suporte ao método de leitura, considerando-os elementos centrais na mediação entre aluno e aprendizagem. É importante também salientar o contexto cultural dessa mediação, sendo que os livros passam a representar aos filhos dos imigrantes italianos uma maneira de integração e nacionalização, visto que as lições são propostas na língua portuguesa.

Fala-se, portanto, de acordo com Julia (2001), que a esses materiais cabe a intencionalidade: seja aquela dirigida pelos autores e autoridades ao produzir, autorizar e fornecer os livros e cartilhas às aulas públicas, seja pelo uso que deles é feito, tanto por professores como por alunos; neste estudo, procurou-se tensionar a relação de intencionalidades ao abordar a importância desses materiais na constituição do fazer ler do cidadão republicano.

Os objetos destinados à escrita são vestígios de práticas e apropriações, de condutas relacionadas à aquisição de habilidades, à ordem, à estética e à disciplina. A escrita de cunho formativo e pedagógico torna-se um elemento constitutivo de uma nova ordem escolar; os artefatos que objetivavam formalizar a escrita e a caligrafia contribuem para a formação do aparato linguístico dos alunos do município. Faz-se importante entender esses objetos como representantes e marcadores de uma temporalidade, e, por isso mesmo, sujeitos a mudanças, transposições e adaptações.

A partir dos vestígios, foi possível conhecer e compreender como o processo de escolarização foi se desenvolvendo no interior das escolas municipais. A materialidade e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os objetos permitiram recompor cenários em que as práticas se desenvolveram, para ensinar conhecimentos caros ao pensamento da modernidade pedagógica, corroborando para o projeto republicano e positivista de pátria, a civilização e o progresso. Nesse sentido, os objetos escolares para ler e escrever, associados aos demais materiais que compunham o cenário escolar, evidenciam neste estudo regional os modos de fazer, de adaptar e de produzir uma cultura escolar, uma prática que buscou contribuir para educar os filhos dos colonos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Camara. Cuore, de Edmundo de Amicis (1886). Um sucesso editorial. Trabalho apresentado no NP04 – Produção Editorial, do **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**. PUCRS, Porto Alegre, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In; BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

ESCOLANO, Augustín. La cultura material de la escuela. In: BENITO, Augustín Escolano. **La cultura material de la escuela**. Em el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907-2007. Soria, ES: Berlanga de Duero, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mende de. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENDES, Maria Cristina. **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FORMOLO, Marisa V. Dalla Vecchia; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: SBHE; Autores Associados, n.1, 2001.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha – 1909-1959**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – FAE/UFMG, Belo Horizonte, 2000.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n 114, p. 179-195, nov. 2001.

RAZZINI, Mácia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. **História e memórias da educação no Brasil** - Vol. III - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940 a 1952)**. 2015. 295f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas Constituintes Brasileiras – 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TAMBARA, Elomar A. C. Trajetórias e percursos do livro didático das escolas elementares no século XIX no Brasil. In: IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. **O oral, o escrito e o digital na História da Educação: Anais**. Porto Alegre, RS: ed. UNISINOS, 2012.

TRINDADE, Iole Maria Favieiro. **A Invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser material, nacional e mestra. Queres ler?** 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

VALDEZ, Diane. Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866/1930). **Revista Linhas**, v.5, n.2, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolonovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Rev. Fac. Educ.** vol. 24, n. 1, São Paulo, Jan./Jun. 1998.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Fontes digitalizadas na pesquisa em História da Educação. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. 10 - 1, Curitiba, 2011. **Anais do X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I** Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 1631-1645.